

## **Relatório Seminário Nacional INSS Digital Sindicados Federais da CNTSS/CUT**

Encontro Nacional dos Servidores do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social para realização do Seminário sobre o INSS Digital que aconteceu em Recife - Pernambuco, no Centro de Formador e Lazer do SINDSPREV-PE, nos dias 29 e 30 de setembro e 01 de outubro de 2017. O evento foi convocado pela CNTSS/CUT – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Segurança Social e por seus Sindicatos dos servidores públicos federais com o objetivo de debater o desmonte do INSS e suas implicações para os trabalhadores.

Participantes: 40 lideranças dos Sindicatos estaduais de Goiás/Tocantins, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Paraíba, Bahia, Sergipe, Alagoas e Distrito Federal.

### **Dia 29.09.2017:**

**1. 19h00 - Abertura e Boas Vindas:** Terezinha Jesus Aguiar, representando a CNTSS/CUT, e Luís Eustáquio, anfitrião e coordenador político do SINDSPREV-PE.

**2. 19h30 - Análise de Conjuntura:** proferida pelo professor-doutor Roberto Veras (UFPB) com foco nas recentes mudanças nas relações de trabalho e inovações tecnológicas.

Roberto Veras inicia sua fala abordando as mudanças profundas no mundo do trabalho, o impacto das inovações tecnológicas nas relações e processos de trabalho, as mudanças geopolíticas ocorridas na década de 1990 – com o fim dos chamados regimes comunistas, a integração dos mercados no mundo, desigualdade, relações de trabalho autoritárias, agravamento da crise no Brasil e as mudanças culturais. Todos estes fenômenos trouxeram impactos significativos nas pessoas. De 1945 a 1975, o Capital recupera a sua condição histórica e o que trazia para os trabalhadores a partir das condições de trabalho formal se depara com a crescente onda do trabalho informal, intermitente, temporário e precarizado. Nestes casos, a tendência é a crescente desigualdade que se agrava cada vez mais. Isso aconteceu de maneiras diferenciadas em cada país e no Brasil tivemos interregno de 2003 a 2015.

Veras fala que nos anos de 1980 o sindicalismo no Brasil se consolidou como um marco e destacou que uma promessa foi construída, um projeto foi construído. As políticas neoliberais não tiveram forças aqui como avançaram em países como México, Argentina e Chile. Porém, a CUT – Central Única dos Trabalhadores sofreu os impactos da reestruturação produtiva, privatização, surgimento da Força Sindical, incapacidade de apontar caminhos alternativos, inovações tecnológicas e a flexibilização avançou. Os empresários se sentiram estimulados com a reestruturação produtiva e a terceirização. O sindicalismo passa a operar na defensiva. O novo quadro exige a sobrecarga dos Sindicatos, Federações, Confederações e Centrais numa tentativa de compensar as sucessivas perdas. O Capital aposta na ruptura. Um desafio que se coloca para a classe trabalhadora.

Em seguida, tivemos um debate e ao final as considerações do palestrante, que destacou: "a Democracia e Capitalismo são relações incompatíveis, pois o Capital sempre vai operar buscando seus interesses, que são incompatíveis com a Democracia". E finalizou: "estamos vivendo uma situação tão grave que não temos dimensão onde vamos. Estamos assistindo ao esvaziamento da política e a tendência é o individualismo e a desesperança no futuro. Isto é grave, muito grave. Portanto, os desafios são muitos para a CUT e seus sindicatos, enfim, para a classe trabalhadora".

**Dia 30.09.2017:**

### **3. 9h00 - Informes Nacionais Gerais:** Terezinha de Jesus Aguiar

Informações acerca das negociações no Ministério do Planejamento sobre a reposição das perdas de 2017, conforme índice pleiteado pelo FONASEFE – Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais, protocolado em fevereiro de 2017. Neste caso, foi colocado pelo secretário José Borges que a situação econômica do país não permite qualquer repasse para o funcionalismo nesse momento. Sobre a cesta de benefícios - vale transporte, vale refeição e *per capita* da GEAP -, pode-se conversar.

### **4. 9h30 às 10h00 - Contextualização do desmonte do INSS e principais ações em curso:** Terezinha de Jesus Aguiar

Terezinha (Teca) fez um breve histórico com um recorte a partir das mudanças nos anos de 1990, período pós-Constituição Federal de 1988. Lembrou das autarquias que compunham o Ministério da Previdência Social: INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, extinto em 1993 com a criação do SUS - Sistema Único de Saúde, INPS - Instituto Nacional da Previdência Social e IAPAS – Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social. Os mesmos foram extintos dando lugar ao INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, em 1991. Em seguida, em 1998, surgiu o PMA - Programa Melhoria do Atendimento em parceria com o BIRD - Banco Mundial, que não avançou e os problemas permaneceram e se agravaram com a decisão do STF – Supremo Tribunal Federal de coibir a terceirização no Instituto. Na sequência veio o PGE, que terminou não saindo do papel. Continuavam extensas filas nas portas das Agências, situações de agressividade e o INSS saindo nas páginas policiais.

Em 2007, a saída encontrada foi a criação do 135 - Agendamento Eletrônico, ou seja, a fila presencial foi remetida para a fila virtual e em março de 2017 já era mais de um milhão de agendamentos a espera de serem protocolizados, analisados e concedidos ou indeferidos. As APSs – Agências da Previdência Social continuavam cheias, pois o atendimento espontâneo, aquele que não depende de agendamento, continua batendo nas portas das Agências. E para piorar, a Direção do INSS não reconhece a necessidade deste atendimento ao segurado. Agora lançam o INSS DIGITAL na expectativa de resolver problemas crônicos já alertados pelo TCU – Tribunal de Contas da União por meio de relatório. As entidades nacionais dos trabalhadores – CNTSS/CUT e FENASPS – Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social – já apontavam estes problemas desde 2008.

As consequências se agravam com o represamento de mais de um milhão de benefícios recepcionados com ações, o Memo 34/16 e os paramentos II. As justificativas da Direção do INSS referentes às dificuldades na qualidade do serviço prestado ao cidadão estão no crescimento da população em busca de atendimento no Instituto, na ampliação dos direitos, na redução da força de trabalho, que neste caso, para piorar, não há perspectiva de reposição e nem da rede de atendimento. Para a Direção do INSS, o modelo se esgotou e a saída é o INSS DIGITAL, seguido do Teletrabalho, experiência piloto realizada na cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte.

**5. 10h00 às 10h40 – Apresentação do Projeto Piloto do INSS Digital e Perspectivas do Teletrabalho:** Alzira de Souza Soares, Recife – Pernambuco.

Alzira Soares inicia sua exposição com apresentação de material em *power point* sobre o INSS DIGITAL. De acordo com o conteúdo apresentado, a Direção do INSS vê o novo modelo de trabalho como uma nova forma de atender no INSS, que consiste na utilização do processo eletrônico, distribuição da demanda entre as unidades e melhoria da interação com os cidadãos, sem observar um contexto de redução da força de trabalho em que decorre o aumento da demanda e de ações judiciais, alongamento da agenda, processo represados e custo com diárias e passagens elevados.

Segundo a Instituição, o modelo atual exige muitos servidores e o INSS Digital reduzirá sensivelmente a necessidade de servidores. Destacam que as parcerias, por meio dos Acordos de Cooperações Técnicas com Sindicatos, OAB, empresas e outros visando a melhoria do atendimento aos seus representados, proporcionarão condições para que os direitos dos beneficiários sejam reconhecidos eximindo a necessidade de idas e vindas às Agências da Previdência Social.

O INSS Digital tem seus pilares nos Acordos de Cooperações Técnica, nos Requerimentos Eletrônicos e nos canais de comunicação remoto (e-mail, Central 135 e Meu INSS). O objetivo do Projeto é realizar experiências pilotos em cinco (05) polos de atendimento por Superintendências Regional e 300 APSs. Haverá um guia prático, capacitação, polos de análises para depois implantar o Teletrabalho. De acordo com Alzira, para a Direção do INSS a experiência em Mossoró, realizada de 01 de janeiro a junho de 2017, obteve bons resultados na redução do tempo de espera do agendamento, do tempo de permanência na APS, na conclusão dos processos e no custo do pagamento de correção monetária.

#### **11h40 às 13h00 - Debate em plenário sobre a apresentação do INSS Digital:**

1. Desumanização do atendimento ao segurado.
2. Terceirização.
3. Proibição do segurado adentrar nas agências do INSS,
4. Fim da carreira do servidor do INSS.
5. Impactos negativos na aferição da GDASS - Gratificação de Desempenho de Atividades do Seguro Social, redução dos salários.
6. Não vai resolver a falta da força de trabalho.
7. Querem acabar com a Previdência Social pública.
8. Não se importam com a população mais pobre do Brasil.
9. Não pensam nos prejuízos aos trabalhadores e aos servidores.

10. Preocupações de credibilidade nos Convênios dos Acordos de Cooperação Técnica.
11. Fragilidades de reconhecimento do direito.
12. Preocupações com a entrevista rural.
13. Fragilidades dos sistemas corporativos,
14. Precarização do trabalho dos estagiários.
15. Recepção dos documentos e ateste de conferência com os originais.

Em seguida, foram apresentadas algumas preocupações do Relatório da auditoria realizada pela CGU – Controladoria-Geral da União sobre o INSS DIGITAL, no período de 20/12/2016 a março de 2017, que apontou que a Direção do INSS não informou quais estudos foram realizados para estabelecer as metas e resultados esperados. O novo fluxo de tramitação eletrônica nacional dos processos nas APS's permitirá a distribuição da carga de trabalho. Nesse caso o INSS vê a possibilidade de criar núcleos por temas mais complexos, já que os processos poderão ser instruídos por servidores de qualquer Agência, a demanda será equalizada nacionalmente, gerando uma melhora no aproveitamento da força de trabalho, acredita o INSS.

## **6. 13h00: Almoço**

## **7. 14h30 às 15h00 - Considerações sobre a Minuta da Estrutura Organizacional e MP com o INSS no Ministério do Trabalho e Emprego: Luiza Pombo**

Segundo Luiza Pombo, considerando que a Minuta em vigência - que extingue vários serviços no INSS e, inclusive, desconsidera o Serviço Social enquanto um serviço de extrema importância - foi suspensa e um novo Regimento foi publicado, precisamos conhecer mais e melhor essa nova proposta. Considera, porém, que já é possível adiantar que há problemas e que precisamos analisar melhor para opinar sobre a mesma.

## **8. 15h00 às 15h30 - Desmonte do Serviço Social: Lylija Rojas, assistente social e George Rolim, sociólogo (Alagoas), sobre reabilitação profissional**

Lylija destaca que o **Serviço Social** vem sofrendo ataques deliberados da ANMP- Associação Nacional dos Médicos Peritos e suas atribuições são descaracterizadas o tempo todo pelos peritos e pelo SST- Serviço de Saúde do Trabalhador. As assistentes sociais estão mobilizadas e se opõem frontalmente ao que está aí. Conseguiram mobilizar e chamar uma Audiência Pública na

Câmara dos Deputados onde foi possível alterar alguma coisa, mas não é o que estes profissionais querem e precisam para atender o trabalhador e garantir os seus direitos.

George Rolim informa que na Reabilitação Profissional tudo está muito indefinido e tem Estados em que a reabilitação já nem funciona mais. A tendência é a extinção pura e simplesmente. Em Alagoas são mais de mil trabalhadores na fila de espera da reabilitação e nada de chamar ninguém. Há uma proposta em discussão de convênio com o "Sistema S", que deve assumir definitivamente a reabilitação do trabalhador. A proposta que seja de seis (06), ou seja, é o desmonte e a privatização como o pouco que ficar existindo.

### **9. 15h30 às 16h00 - Informes reunião de Aracaju-SE, SINDPREV-SE**

Realizada em 29 de setembro, em Aracaju, com a participação da Direção do SINDPREV-SE e com a presença do presidente do INSS, Leonardo Gadelha, e a liderança do PSC - Partido Social Cristão, da base aliada do governo Temer, deputado André Moura.

De acordo com Joaquim, coordenador político do SINDPREV-SE, foi uma reunião tensa, porém produtiva. Foram discutidas a Minuta de Regimento do INSS, que retirou as atribuições do Serviço Social no INSS, e a incorporação da GDASS ao vencimento básico. Após os debates, foi informado pelo presidente do INSS as modificações no Regimento do INSS para garantir a presença do papel do Serviço Social e as atribuições das assistentes sociais. Também ficou acertado com o deputado federal André Moura o apoio a respeito da tramitação do Projeto de Lei sobre a incorporação das GDASS ao vencimento básico dos servidores.

### **Decisão Judicial - Técnicos e Analistas em SINDPREV-SE**

De acordo com Joaquim, essas decisões judiciais estão ocorrendo nas ações individuais. Muitas destas o Sindicato ganhou para seus filiados. Outras ações também já foram ganhas. É o caso do transporte para o filiado que mora em num município e trabalha em outro.

### **10. 16h00 às 17h00 - Resultados do Grupo de Trabalho sobre GDASS: Deivid Santos**

O GT foi convocado pela Portaria 302, MDS/GM, com a tarefa de construir as premissas para subsidiar a implementação de um novo indicador da parcela institucional da GDASS. A coordenadora Natalia fala que o INSS foi submetido pelos órgãos de controle interno a questionamentos levantados pela CGU a respeito do pagamento da GDASS sem aferição, bem como destacou que o GT não sobrepõe a existência do CGNAD - Comitê Gestor Nacional de Avaliação de Desempenho.

Os representantes da CNTSS/CUT, Deivid (SE) e David (SP), solicitaram cópia do relatório da CGU, porém foi negado alegando que o mesmo é sigiloso. Durante todas as reuniões realizada a CNTSS/CUT sempre se pautou pela defesa desde que os efeitos financeiros não tragam prejuízo para os servidores, ou seja, se é um instrumento de gestão, este não pode ser punitivo.

Os indicadores devem servir como ferramenta para alertar a administração sobre situações que merecem maior atenção, motivando a mobilização de esforços para primeiro diagnosticar as causas do não cumprimento da meta e somente depois, no ciclo seguinte de descumprimento, levar aos respectivos descontos, se provado que seria possível o alcance com esforço local.

Em Audiência da CNTSS/CUT com o Gadelha, realizada em 04 de setembro, mais uma vez a Confederação questionou sobre o acesso ao relatório da CGU. De acordo com Gadelha, o INSS está utilizando relatórios da CGU no GT para subsidiar as discussões para encontrar indicadores e metas mais factível de aferição da GDASS institucional. Todos esses debates estão tratando do 17º ciclo, em fase final de aferição. O IMAGDASS hoje está, em algumas Gerencias Executivas, com mais até de 141.

Foram apresentadas duas propostas, ou seja, que na Nota Técnica constasse a manutenção do IMGDASS, com escalonamento para o ciclo 17º ampliada para os dois ciclos seguintes, 18º e 19º ciclos, ou que não houvesse efeitos financeiros sobre os resultados aferidos e que o novo índice para mensuração da parcela institucional seja a partir do 20º. Em seguida passou para esclarecimentos. Nova reunião está agendada para os dias 06 e 07 de dezembro de 2017.

**12. 17h00 às 20h30 - Formado dois (02) Grupos Trabalho:**

**13. Dia 01.10.2017:**

## **09h00 - Apresentação das propostas elaboradas pelos grupos.**

### **13.1. Grupo 1:**

#### **➤ INSS Digital:**

- Fazer e/ou intensificar o trabalho de disseminação de informações com a Base. Seminários pela CNTSS/CUT / Sindicatos com pessoas que tenham experiências prévias do INSS Digital.
- GT portariado para avaliação/monitoramento e discussão do INSS Digital, do ponto de vista dos trabalhadores e dos usuários, com representatividade diversificada da categoria e das entidades sindicais.
- Revisar questão sobre estagiário.
- Audiências públicas estaduais e no Distrito Federal.
- Instrução Normativa de procedimentos para o INSS Digital (passo a passo).
- Criação de projeto de orientação do cidadão em relação aos canais remotos (PEP e Orienta Cidadão).

#### **➤ Minuta de Regimento do INSS:**

- Apropriação da Minuta, através de indicação de responsáveis na plenária, para estudo e instrumentalização das entidades.

#### **➤ Questões Jurídicas:**

- Encontro do Setor Jurídico para unificar as ações.
- Criação de GT na CNTSS/CUT visando a unificação das ações jurídicas na base.

#### **➤ Reabilitação Profissional e Serviço Social**

- Manter o movimento e apoio da CNTSS/CUT na defesa dos serviços previdenciários.
- Convocações dos profissionais de Serviço social e reabilitação profissional nos Estados (Sindicatos) para discussão das questões específicas. E Seminário Nacional de Serviço Social e Reabilitação Profissional da CNTSS/CUT.
- Observação: agenda até 20 de novembro de 2017.
- Orientação para que os Sindicatos realizem audiências públicas estaduais.



- **Propostas extra do grupo:**
- Criação de uma equipe de assessoramento do setor federal.
- Discussão com as Centrais Sindicais e Movimentos Sociais com o objetivo de divulgar junto à população os efeitos do INSS Digital para os segurados.
- Massificar o documento da CGU.
- Construir a greve do primeiro semestre de 2018.
- Capilarizar na base os debates do Serviço Social e Reabilitação Profissional.
- Retomar o debate do banco de horas.
- Solicitar a revogação do Memo 25 e Despacho 34.
- GDASS: divulgação das agendas e atas do CGNAD.
- Celeridade das informações para CNTSS/CUT através de um apoio, grupo de e-mails.

**13.2 Grupo 2: Faltam as propostas do grupo 02, que encaminharemos assim que recebermos o produto da relatora.**

- Produzir notícias que possam ganhar a sociedade listando pontos que dialogam com essas pessoas.
- Carta aberta à população.
- Fazer investimento em mídias sociais.
- Campanha publicitária profissionalizada desmistificando INSS Digital e o Teletrabalho, mas não sendo contra.
- Realizar plenárias, conscientização e alerta com entidades: Centrais, Sindicatos, Conselhos, dentre outros, expandindo diálogo com os usuários.
- Utilizar melhor as redes sociais.
- Massificar essa campanha de contra informação e esclarecimento nos Estados.
- Campanha publicitária profissional rateado entre os Estados que contenha adesivos, outdoor, vídeos e depoimentos, além da promoção de massificação da informação nas Rádios.
- Intensificar o trabalho de “formiguinha” no que diz respeito à contra informação.

- Utilização mais eficaz do documento da CGU com críticas relevantes e recomendações sobre o INSS Digital, além de uma avaliação jurídica sobre este documento.
- Levar a discussão do tema INSS Digital e Teletrabalho ao Conselho de Previdência Social combatendo um a um os aspectos técnicos apresentados pelo presidente do INSS.
- Quanto ao CGNAD, reforçar a comunicação do mesmo nos Estados com a base e fazer uma maior divulgação sensibilizando a participação dos servidores.
- Possibilitar a criação de um link que propicie um canal de comunicação direto com a base e os componentes/representantes do CGNAD.
- Divulgação do documento da CGU subsidiando o debate nos Estados acerca das críticas relevantes levantadas no citado relatório.
- Quanto ao serviço social e a reabilitação profissional, manter a campanha, destravar o debate e trabalhar fortemente na revogação do Memo 25 e Despacho 34, de janeiro de 2017.
- Trabalhar a unidade entre CNTSS/CUT, FENASPS e CONDSEF, que representam a totalidade da Seguridade Social para o combate ostensivo e intermitente aos malefícios causados pelo INSS com o Teletrabalho na vida dos servidores e usuários.
- Construção de uma greve para o primeiro semestre de 2018.
- Inserir o debate acerca da incorporação os ativos.
- Recolocar o debate acerca do Banco de Horas do INSS na mesa tendo em vista a perda para os trabalhadores na atual forma de utilização dessas horas.

#### **14. Encerramento.**

Apresentação do presidente da CUT-PE, Carlos Veras, que deu boas vindas aos participantes do Seminário. Destacou a importância e as dificuldades desse momento crítico para os trabalhadores e trabalhadoras, com a aprovação das reformas trabalhistas e a terceirização, com a retirada de direitos e lembrou a coleta de mais de um milhão de assinaturas para revogação da Reforma Trabalhista e a defesa contra a Reforma da Previdência. Por último, lembrou que a hora é de unidade da classe trabalhadora.

Goiânia, 03 de outubro de 2017.

Terezinha de Jesus Aguiar  
Secretaria de Comunicação da CNTSS/CUT